

Perícia: desvendar a verdade para se fazer justiça

Publicação da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - MARÇO - 2011
ANO 17 - NÚMERO 158

Turismo
As maravilhas da Serra do Cipó
Página 12

A variedade de processos recebidos pelos juízes envolve matérias complexas exigindo, muitas vezes, a avaliação de técnico especialista para elaborar um parecer confiável, fundamental para que o magistrado possa interpretar e fazer cumprir a lei. Confira, nesta edição, a importância do trabalho dos peritos na Justiça.

Páginas 6 e 7



Trabalho em conjunto

No seu dia a dia os juizes trabalham com grande volume de processos e tratam de uma variedade enorme de assuntos, algumas vezes complexos, que dependem de parecer externo idôneo e confiável. Nessas horas, para formar sua convicção e ordenar o cumprimento da lei, o magistrado recorre à figura do perito, profissional que desempenha papel fundamental na promoção da Justiça.

É esse especialista quem dá a opinião sobre determinado assunto e que irá ajudar o magistrado a fundamentar sua decisão. Ele pode ser *expert* em assuntos da área criminal ou um profissional oriundo de qualquer outra área do conhecimento –médico, engenheiro,

contador, arquiteto– conforme esclarece reportagem nas páginas centrais desta edição.

Vale a pena conferir também a entrevista do desembargador Wagner Wilson Ferreira, da 16ª Câmara Cível, que nos sensibiliza ao tratar de um assunto tão importante: a adoção de crianças.

Tem larga experiência no tema, adquirida no Juizado da Infância e da Juventude, e a empresta, atualmente, à Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja). O desembargador nos dá uma lição de vida ao afirmar que, para ele, a verdadeira alegria está em poder ajudar as crianças abandonadas ou órfãs a encontrarem um lar em que sejam respeitadas e amadas.

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Cláudio Costa

1º Vice-Presidente:

Desembargador Carreira Machado

2º Vice-Presidente:

Desembargador Herculano Rodrigues

3º Vice-Presidente:

Desembargadora Márcia Milanez

Corregedor-Geral:

Desembargador Alvim Soares

EXPEDIENTE

Editor Responsável e Secretário Especial

de Comunicação da Presidência: Helcio

Zolini (RP nº 2736/MG); **Secretário Especial**

da Presidência: Luiz Carlos Elói;

Assessora de Comunicação Institucional:

Valéria Valle Vianna; **Gerente de Imprensa:**

Wilson Menezes; **Coordenadora de**

Imprensa: Letícia Lima; **Editores:** Ione

Bernadete Dias (RP nº 1929/MG) e Patrícia

Melillo (RP nº 04592/JP); **Design Gráfico:**

Narla Prudêncio

Fotolito e Impressão:

CGB Artes Gráficas Ltda

Ascom TJMG

Rua Goiás, 253 – 1º andar – Centro, Belo Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH: (31) 3330-2123

Tiragem: 3 mil exemplares

Portal TJMG: www.tjmg.jus.br



Rodrigo Vilaça

Uberaba sedia curso jurídico regional

A cidade de Uberaba recebeu, no período de 24 a 26 de fevereiro, 56 magistrados de 20 comarcas da região do Triângulo Mineiro, que participaram do Curso Jurídico Regional (CJUR 2011), promovido pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). A solenidade de abertura foi presidida pela superintendente-adjunta da Escola Judicial, desembargadora Jane Silva, representado o 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, desembargador Joaquim Herculano.

Plano avalia museu do TJ

Reinaldo M. Gomes

Fazer o diagnóstico técnico do Museu da Memória do Judiciário Mineiro (Mejud) do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG). Esse é o objetivo do Plano Museológico contratado pela Mejud. O trabalho, concluído em 2010, foi elaborado pela empresa de consultoria AT&AT Museum para atender o disposto no Estatuto dos Museus, instituído pela Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que definiu como obrigação das instituições museológicas a elaboração de um plano específico.

A museóloga Célia Corsino, responsável pelo projeto, explica que o plano é uma ferramenta básica para a definição do Museu. "Sua elaboração é necessária para acompanhar e orientar todo o trabalho já desenvolvido na Instituição, seguindo a Política Nacional de Museus e permitindo um melhor direcionamento de suas ações, usos dos espaços de exposições e guarda", analisa.

Segundo a assessora da Mejud, Andréa Vanessa da Costa Val, a elaboração do Plano Museológico só foi possível pelo incansável esforço e empenho do ex-presidente da Casa e atual superintendente da Memória do Judiciário, desembargador Hélio Costa.

Acrescenta ainda a assessora que o plano permitiu que a Mejud pudesse ser analisada em sua totalidade, considerando seus espaços de exposição, suas áreas de reserva técnica, pesquisa, conservação, divulgação e publicação. "O que faz dele um grande alia-

do na elaboração das próximas ações a serem tomadas", destaca.

O plano foi detalhado em vários programas: gestão de pessoas, acervos, exposições, educativo e cultural, pesquisa, arquitetônico e urbanístico, segurança, financiamento e fomento e comunicação, tendo o programa institucional como a base para os demais. Este último fornecerá as orientações e as condições administrativas, que garantirão a sistematização do trabalho interno e a atuação do Museu na sociedade.

Orientações

De acordo com o estudo, sob a visão arquitetônica, o atendimento às necessidades do público precisa contemplar igualmente os requisitos de conservação e acessibilidade ao local. Como o Museu está localizado em um prédio histórico e tombado e divide o espaço com as câmaras de julgamento e a Corte Superior, foram apresentadas alternativas visando promover uma melhor integração dos trabalhos e dos funcionários.

O plano salienta que a equipe de limpeza precisa ter treinamento específico, pois suas atividades são diferenciadas da limpeza comum de um prédio público. Caberá ao programa de gestão de pessoas promover cursos de capacitação necessários ao trabalho na Mejud.

Já o programa de comunicação deve definir o perfil do público através de pesquisas e orientar o sistema de avaliação que será aplicado para verificar a relação dos visitantes com o Museu. A questão da segurança também não foi esquecida: várias medidas direcionadas à prevenção de incêndios ou furtos foram detalhadamente descritas.

Informações sobre o Museu da Memória do Judiciário Mineiro podem ser obtidas pelo telefone (31) 3237-6249 ou pelo correio eletrônico mejud@tjmg.jus.br. O endereço do site é www.tjmg.jus.br/memoria2/.

A elaboração do Plano Museológico só foi possível pelo incansável esforço e empenho do ex-presidente da Casa e atual superintendente da Mejud, desembargador Hélio Costa

Renata Caldeira



De acordo com o estudo, sob a visão arquitetônica, o atendimento às necessidades do público precisa contemplar igualmente os requisitos de conservação e acessibilidade ao local

Além dos Muros: projeto fortalece Apacs mineiras

Vanderleia Rosa

O sucesso das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs) de Minas Gerais já é reconhecido internacionalmente. Prova disso foi o lançamento, no último dia 18 de fevereiro, em Belo Horizonte, do projeto Além dos Muros, financiado pela União Europeia por meio do Instrumento Europeu para a Promoção da Democracia e dos Direitos Humanos (IEDDH).

O Além dos Muros é uma realização conjunta da Fundação AVSI (ONG italiana) e do Instituto Minas Pela Paz (IMPP), com parceria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por meio do projeto Novos Rumos, da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), do Governo do Estado de Minas Gerais e do setor empresarial.

O lançamento foi marcado pela assinatura de um protocolo de intenções pelas instituições envolvidas para selar o comprometimento com a viabilização do projeto. A meta é a capacitação de 100% dos gestores e equipes das Apacs no Estado, a realização de curso de qualificação para cem recuperandos e o apoio a duas unidades produtivas. O valor investido será de cerca de R\$ 400 mil.

Esforço criativo

Na oportunidade, o presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa, ressaltou que o Tribunal de Justiça está empenhado no sucesso desse projeto, que busca humanizar o cumprimento da pena, uma das metas prioritárias de sua gestão. Elogiou a aproximação entre o Estado e a sociedade civil. “A questão é ter o espírito aberto para sínteses admiráveis que deem novos contornos ao cumprimento da pena”, completou.

O Além dos Muros foi apresentado pelo diretor institucional da AVSI em Minas Gerais, Gianfranco Commodaro, que relatou as formas de atuação do projeto e a experiência positiva das Apacs. Por sua vez, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) e presidente do Conselho do IMPP, Olavo Machado Jr., declarou o apoio da Fiemg ao projeto e destacou a importância do trabalho de reintegração à sociedade de pessoas que, em um dado momento de suas vidas, cometeram algum deslize.

Pela Fundação AVSI, falou o seu secretário-geral Alberto Piatti. Entusiasmado com o projeto e comovido com os resultados da Apac, após visita a Nova Lima, lembrou a postura de seu pai que, na Ita-

Rodrigo Vilaça



O lançamento foi marcado pela assinatura de um protocolo de intenções entre as instituições envolvidas no projeto

lia, oferecia oportunidade de trabalho aos prisioneiros. “O projeto encontrou em mim um terreno sensível”, ressaltou. Lembrou a história de Mário Ottoni, fundador da Apac em São José dos Campos (SP), enfatizando sua paixão e fé no ser humano.

Ressaltando a importância do momento, o vice-presidente da Fiat Automóveis da América Latina, Cleodorvino Belini, declarou que o projeto nasceu da união de muitas pessoas que acreditam na recuperação do homem. Para ele, não basta esperar que o Estado resolva todos os problemas, as soluções devem ser conjuntas, e a atuação das empresas deve ir além dos negócios.

História de luta

Recordando como tudo começou, o presidente da FBAC, Valdeci Antônio Ferreira, discorreu sobre as visitas à cadeia pública de Itaúna, onde foi instalada a primeira Apac, o encontro com Mário Ottoni, o rosário de desafios, perseguições, enfim, toda uma história

de esforço e de superação. “Eventos dessa natureza nos fazem sentir que não estamos mais sozinhos.” Ele falou também da necessidade de se ter um olhar missionário, além das fronteiras, além dos muros, que reforce a crença na recuperação do ser humano.

Representando o Governo de Minas, o secretário de Estado de Defesa Social, deputado Lafayette Andrada, reafirmou o desejo do Governo de investir em Apacs, cujo método ele considera o mais adequado para reinserir o apenado na sociedade com dignidade.

Eventos dessa natureza nos fazem sentir que não estamos mais sozinhos”

Tim tim!

Saúde em 2011

Soraia Costa

A realização do exame médico periódico por todos os servidores e magistrados é uma meta a ser alcançada pelo Tribunal em 2011. O convite é feito no mês de aniversário da pessoa, porque a Gerência de Saúde no Trabalho (Gersat) acredita que essa data representa um bom momento para se dar de presente o cuidado com a saúde.

A coordenadora de Saúde Ocupacional e Segurança no Trabalho, Ana Maria Cassimiro, explica que "o primeiro passo é agendar consulta com um dos médicos da Gersat para ele solicitar alguns exames laboratoriais, que podem ser feitos no Ipsemg ou através do plano de saúde particular. Para quem é associado à Unimed, nós fazemos o pedido pelo site da empresa. A logística é muito simples". Estando prontos os exames, marca-se o horário para fazer uma avaliação. No interior, o médico do pólo regional agenda os dias de visita às comarcas, quando são feitos os exames periódicos.

A importância do exame periódico está na prevenção, pois através dele os

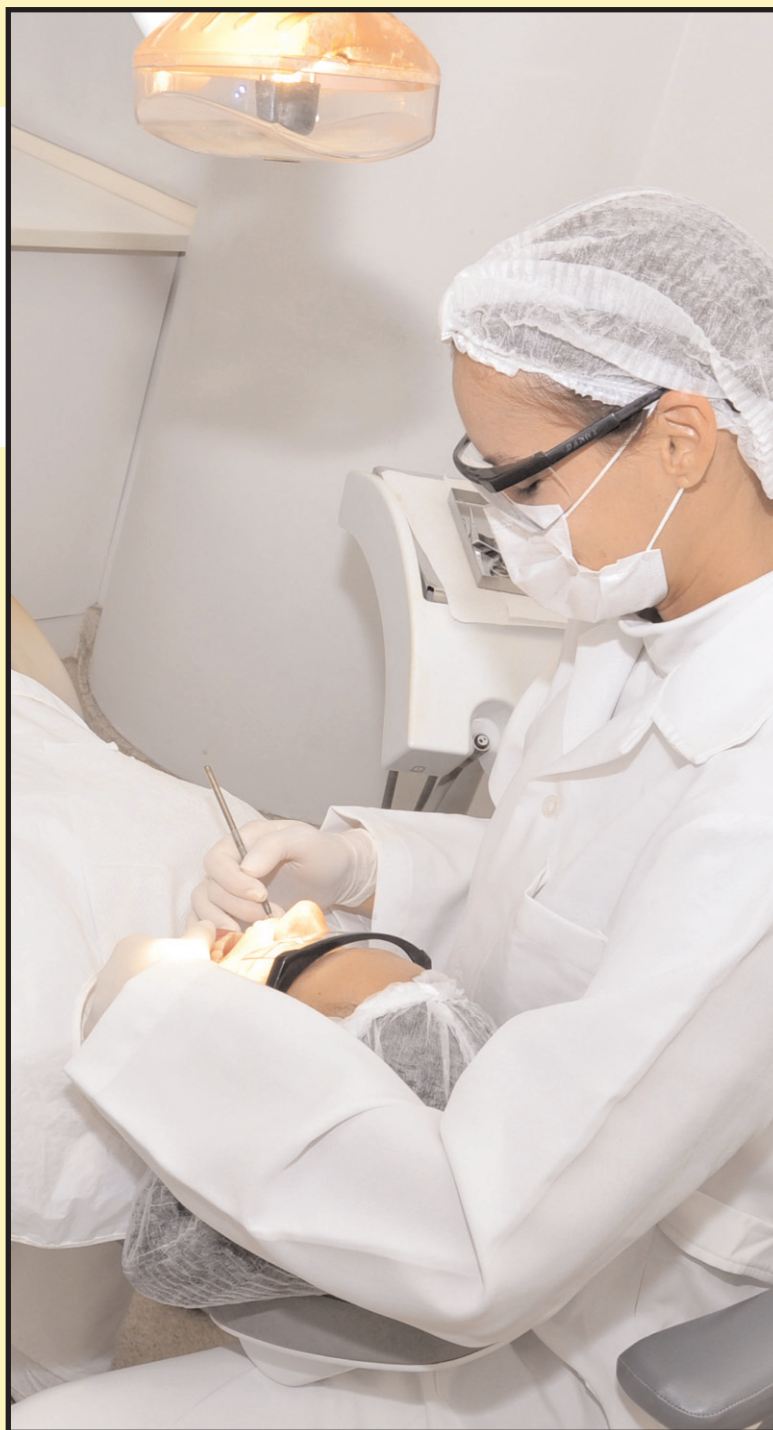
profissionais da área podem orientar o servidor e o magistrado para cuidar da própria saúde, evitando algumas doenças ou minimizando seus efeitos.

"Muitas pessoas já fazem exames de saúde rotineiramente, é importante que também elas agendem com um dos nossos médicos pra termos o registro dos resultados, inclusive se estiver tudo bem. No nosso prontuário não tem que ter registro só de doenças", avalia Ana Maria.

A Gersat possui uma equipe multidisciplinar, composta por dentistas, enfermeiros, médicos, assistentes sociais e psicólogos. O setor integra a Diretoria Executiva de Administração de Recursos Humanos (Dearhu), que conta com duas coordenações: a Coordenação de Qualidade de Vida no Trabalho (Covit) e a Coordenação de Saúde no Trabalho (Cosat).

Outra proposta da Gerência de Saúde é dar continuidade aos programas de saúde já implantados. Confira o quadro.

No mês do seu aniversário ligue 3247-8761 para agendar seu exame periódico



Renata Caldeira

■ Na capital, é oferecido tratamento odontológico nos consultórios do próprio Tribunal

Qualidade de Vida nas Comarcas do Interior

Atividades de implantação do programa Ambiente livre de tabaco, prevenção ao câncer bucal e de pele, saúde do homem e oficinas de saúde emocional. A solicitação para este programa pode ser feita pelo médico do pólo regional, pelo juiz diretor da comarca ou pelos servidores.

Controle de Dependência da Nicotina

Propicia a oportunidade de parar de fumar. Os encontros são realizados por membros da equipe médica, de enfermagem, de psicologia e serviço social. É possível também solicitar o atendimento individual. É só agendar horário na Gersat, com a psicóloga de referência do programa.

Viva Bem – Mudando sua Postura de Vida

Divulgação de bons hábitos como a reeducação alimentar, equilíbrio emocional e atividade física. Oferecido na modalidade presencial e, a partir de 2011, na modalidade de ensino à distância, para as comarcas do interior.

Prevenção ao Câncer Bucal

Tem como objetivo conscientizar magistrados e servidores sobre a importância de cuidar da saúde bucal e prevenir doenças.

Ginástica Laboral

Atividades físicas no local de trabalho durante a jornada diária, duas vezes por semana. É realizada em todos os prédios da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeira Instância da Capital.

Campanhas de Vacinação

A campanha de vacinação do TJ segue o calendário da Secretaria Estadual de Saúde - geralmente nos meses de abril e maio.

Tratamento Odontológico

Há dentistas conveniados para atender os servidores das comarcas do interior. Na capital, é oferecido tratamento odontológico nos consultórios do próprio Tribunal.

Justiça fundamentada pela perícia

Manuela Ribeiro

Quando se fala em perícia, muitas pessoas, influenciadas pelo cinema e pela televisão, pensam em investigações criminais. Mas um perito também pode ser um profissional de curso superior de qualquer área, já que sua atuação tem a finalidade de auxiliar o julgador a partir da capacitação em uma área específica. Assim, médicos, engenheiros, contadores, arquitetos, cientistas da computação, restauradores e diversos outros profissionais podem desempenhar a função, dependendo da necessidade e das características do caso.

De acordo com o que está nos dicionários, “perito” quer dizer experimentado, douto, hábil em uma ciência ou arte. Como a variedade de processos que os juízes recebem é cada vez maior, torna-se necessário contar com a avaliação de um técnico especialista para, com base em um parecer confiável, interpretar e fazer cumprir a lei. “A perícia designa um exame de situações ou fatos, relacionados a coisas ou pessoas, realizado por um ou mais especialistas na matéria, com o objetivo de elucidar determinados aspectos técnicos”, explica Sâmia Bittar, médica do trabalho, perita e ergonomista.

De acordo com o Código de Processo Civil (CPC), os quesitos são as perguntas propostas pelas partes, que podem ser autorizadas ou vetadas pelo magistrado, que também tem a opção de formular perguntas ou dispensar a prova pericial se essa lhe parecer supérflua. A liberdade do juiz permite ainda que ele solicite nova perícia para aclarar pontos

obscuros e, finalmente, que ele vá além do laudo, se estiver convencido de que existem elementos ou fatos nos autos que evidenciam uma situação diversa da descrita pelos peritos.

Efeito mágico

Perita há mais de 25 anos, Sâmia conta que, atualmente, no país, há apenas 200 médicos habilitados pela Associação Brasileira de Medicina Legal e Perícias Médicas (ABPM). Um perito médico pode ser convocado em várias circunstâncias: por requisição formal de autoridade policial ou judiciária; para permitir a concessão de benefícios contratados com seguradoras; em cumprimento a normas legais nos serviços públicos (exames admissionais, por exemplo e na aplicação de cláusulas de contratos com segurados ou planos de saúde).

Segundo a desembargadora da 13ª Câmara Cível Cláudia Maia “o perito é um auxiliar do juiz e sua atuação é necessária quando a análise das questões demandar conhecimentos técnicos especializados. O juiz é o destinatário da prova produzida no processo. Ele afere o valor e o peso dos dados”.

A desembargadora entende que, assim como o direito está presente em todos os aspectos da vida do cidadão, o magistrado traz para o exercício da função sua vivência pessoal. Assim, seus conhecimentos em outras áreas também podem ajudá-lo na apreciação de demandas. “Mas o fato de um magistrado ter outros cursos, como por exemplo contabilidade, não substitui a atuação de



O juiz é o destinatário da prova produzida no processo. Ele afere o valor e o peso dos dados”



■ Para a desembargadora Cláudia Maia, a perícia é necessária quando a análise das questões demandar conhecimentos técnicos especializados

Valéria Queiroga



um perito nomeado, cujo laudo como prova estará sempre submetido ao contraditório e à ampla defesa, com participação das partes em todas as etapas de sua produção”, esclarece.

Reconhecida a importância do perito, fica claro que o laudo não tem o objetivo de convencer por si mesmo, mas depende de um exame cuidadoso do julgador. “Em uma questão cuja apreciação exige conhecimento técnico específico, a prova pericial assume especial importância e não pode ser desconsiderada, sob pena de cerceamento de defesa. Pode ocorrer, no entanto, que alguma lacuna do laudo pericial seja complementada por outras provas trazidas ao processo”, explica a desembargadora.

Cooperação pela justiça

A seleção do profissional, conforme a perita médica Sâmia Bittar, é feita através da designação do *expert* nomeado pela autoridade judiciária para avaliar questão cível, trabalhista ou criminal. “A escolha do juiz, embora livre quanto à pessoa de sua confiança que consta do seu rol de peritos, atende a limitações legais estabelecidas pelo CPC”, afirma.

A formação para perito médico deve ter duração de 900 horas, conforme requisitos da Comissão Mista da Especialidade, da Associação Médica Brasileira e da Comissão Nacional de Residência Médica. A habilitação está diretamente ligada às especialidades que o profissional exerce e com sua preparação acadêmica. “Há

ainda cursos específicos direcionados ao desenvolvimento técnico-jurídico necessário para que ele não cometa erros”, completa a médica.

Sâmia, que já participou de mais de mil processos, diz acreditar que a perícia é uma tarefa de grande responsabilidade ética e moral. Para ela, a atividade possui pontos de contato com a atuação do juiz, pois o perito deve observar os fatos e, com suas competências, orientar o juiz conforme parâmetros técnicos e legais. “O assistente técnico, por outro lado, pode ser comparado a um advogado, pois ele é contratado pela parte, por sua habilitação, com o intuito de convencer o julgador”, argumenta. Por essa razão, a abordagem também se altera, o que, entretanto, não suspende a obrigatoriedade de um compromisso ético com a verdade. “O perito deve entender que a perícia médica é um ato médico e, como tal, deve nortear-se pelo encontro da confiança com a consciência”, conclui.

Entre o desafio e o dever de se tornar um especialista, “hoje uma tendência de qualquer profissional”, de acordo com Cláudia Maia, e a necessidade de, com versatilidade, estar preparado para uma enorme diversidade, o que é certo é que o imperativo ético e a busca da verdade devem orientar magistrados e peritos.

“Atualizar-se é imprescindível, não só no estudo do direito, mas também nas novidades e acontecimentos que todos os dias são trazidos pelos diversos meios de informação, pois as mudanças no mundo ocorrem mais rápido do que o legislador consegue normatizá-las”, afirma a desembargadora.

Amigo ou inimigo virtual?

As armadilhas das redes sociais

Daniela Lima

Basta digitar um nome, e-mail ou senha e um mundo de possibilidades se abre à sua frente. É possível fazer um milhão de amigos, compartilhar fotos e vídeos, encontrar pessoas para discutir coisas sérias e banais. Mas, de repente, aquilo que era um passatempo inocente pode se tornar uma grande dor de cabeça. A possibilidade de se fazer um cadastro com dados falsos tem servido de ferramenta para ataques à honra de pessoas no ambiente das redes sociais.

Segundo o presidente da Comissão de Informática da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG), Luís Felipe Silva Freire, a primeira coisa que uma pessoa que se sentir ofendida deve fazer é produzir provas, mediante testemunhas ou uma ata notarial (ir ao cartório e pedir ao tabelião uma ata com a descrição do conteúdo do site). “Isso é muito importante porque a página pode estar no ar há mais de um mês e no momento em que a pessoa entra com a ação ela pode ser retirada”, explica o advogado.

O caso pode ser resolvido pelo administrador do site de relacionamento. A maioria disponibiliza um canal para que os usuários denunciem o abuso. Mas, se isso não resolver, a solução é procurar a via judicial. Luís Felipe explica que, nesse caso, a pessoa deve entrar com uma ação de obrigação de fazer sob pena de multa, para que a administradora do site bloqueie o conteúdo e indique o IP (*Internet Protocol*) do usuário que o postou. “Fazer um cadastro falso é crime. Os que agem assim, na maioria adolescentes, não têm noção disso e de como é fácil identificá-los”, afirma o advogado. Com o IP se chega ao provedor e este pode identificar o usuário.

Danos morais

Segundo o desembargador Fernando Brant, cabe ao ofensor, ou seja, quem postou o material ofensivo, o ressarcimento dos danos causados. “O site é obrigado a identificar o usuário responsável, sob pena de ser responsabilizado por disponibilizar o espaço para a ofensa”, explica.

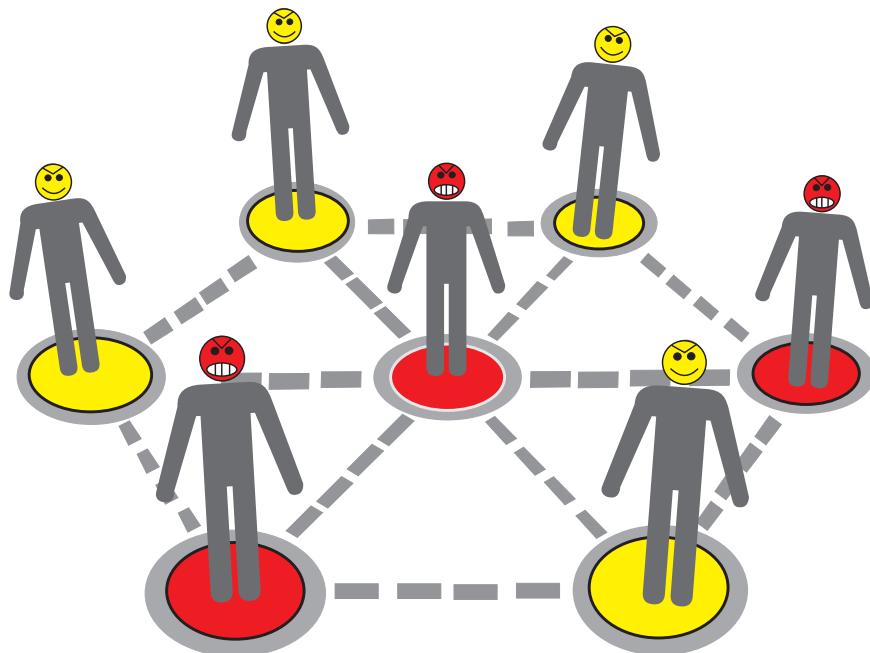
Muitas pessoas têm conseguido responsabilizar a administradora do site de relacionamento pelos danos morais sofridos. Em recente decisão, publicada em 12 de janeiro, a relatora do recurso, desembargadora Márcia de Paoli Balbino, confirmou a uma usuária o direito de ser indenizada pela Google Brasil Internet Ltda, empresa responsável pelo Orkut. A magistrada concluiu que houve falha no serviço prestado, uma vez que a empresa não tem mecanismo hábil para evitar publicações depreciativas à imagem das pessoas. A usuária não havia conseguido bloquear, por meio da ferramenta “denunciar abuso”, uma comunidade que a ofendia.

O site é obrigado a identificar o usuário responsável, sob pena de ser responsabilizado por disponibilizar o espaço para a ofensa”

Em outra decisão, publicada no dia primeiro de fevereiro, o relator do recurso, desembargador Lucas Pereira, também condenou a Google a indenizar um usuário. “Por não identificar o verdadeiro responsável pela criação dos perfis falsos, a empresa atrai para si o risco inerente ao desempenho de sua atividade, devendo, portanto, responder pelos danos gerados”, concluiu o magistrado.

Entendimento diferente adotou a ministra Nancy Andrighi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), relatora de um recurso especial que, no final do ano passado, isentou a Google de indenizar uma usuária. A ministra concluiu que os provedores de conteúdo não devem ser responsabilizados pelas informações ilegais inseridas no site por terceiros e não podem ser obrigados a exercer um controle prévio do conteúdo das informações postadas no site por seus usuários.

Por outro lado, Nancy Andrighi reconhece que “não é razoável deixar a sociedade desamparada frente à prática, cada vez mais corriqueira, de se utilizarem comunidades virtuais como artifício para a consecução de atividades ilegais”. Ela afirma que as empresas responsáveis pelos sites de relacionamento devem, assim que tiverem conhecimento inequívoco da existência de dados ilegais no site, removê-los imediatamente, sob pena de responderem pelos danos respectivos, mantendo, dessa forma, um sistema minimamente eficaz de identificação de seus usuários.



Sensibilidade para lidar com a adoção de crianças

Ione Bernadette

Quem ouve as palestras sobre adoção, proferidas pelo desembargador da 16ª Câmara Cível do TJMG Wagner Wilson Ferreira, dificilmente deixa de se contagiar pelo tema, tamanhos o entusiasmo e a sensibilidade do magistrado, que também integra a Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja). O desembargador explica que a experiência do Juizado da Infância e da Juventude, no passado, foi importante para seu trabalho na Ceja e declara: “O que me dá alegria verdadeira é poder ajudar essas crianças que vivem o trauma do abandono ou da orfandade, tentando conseguir uma família para que elas possam crescer num lar em que sejam amadas e queridas.” O desembargador é também assessor da Presidência do TJ na execução de Políticas de Tecnologia do Poder Judiciário e na Gestão da Informação Tecnológica. Com tanto trabalho, ele conta que ainda sobra tempo para, nas horas vagas, jogar futebol, estudar música (saxofone), frequentar academia, estudar italiano e se dedicar à literatura. Wagner Wilson é casado há 31 anos com Léa Favato e tem três filhos: Fernanda, 29 anos, veterinária; Rodrigo, 28 anos, defensor público em Mato Grosso e Karina, 24 anos, advogada.



Renata Calderia

O desembargador explica que quem deseja adotar, deve se dirigir às varas da Infância e da Juventude para se inscrever no Cadastro Nacional de Adoção

TJMG Informativo – Que medidas devem tomar a mãe que tem certeza de que não tem condições de criar o filho e o casal que está decidido a adotar uma criança?

WWF – Para adotar, os interessados têm que se dirigir às varas da Infância e da Juventude para se inscreverem no Cadastro Nacional de Adoção. Inscritos, eles passam por um processo de investigação para ser verificado se possuem condições de serem pais adotivos. Quando atendidos, são preparados por técnicos da Justiça para receberem no lar a criança. A mãe biológica também deve procurar a Vara da Infância, que vai averiguar as suas reais condições e vai tentar manter a criança com ela ou com a família extensa (parentes próximos). Todas as medidas vão ser adotadas para evitar separar a criança da sua família de origem. Somente após esgotados todos os recursos, ela é inscrita no Cadastro e encaminhada para uma família substituta.

TJMG Informativo – Crianças vítimas das tragédias das chuvas, que perderam os pais e a família, podem ser encaminhadas à adoção?

WWF - Com certeza, essas crianças serão encaminhadas para o abrigo. Aí, então, haverá inter-

venção estatal, inclusive do Poder Judiciário, que verificará a possibilidade de algum parente acolhê-las. A nova lei de adoção (Lei 12.010/09) amplia o conceito de família. Além da unidade pais e filhos ou casal, é formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente mantém vínculo de afetividade e afinidade. Na impossibilidade de manter essas crianças na família de origem, é que elas serão encaminhadas para a adoção.

TJMG Informativo – Aos 18 anos, o adolescente abrigado passa para a vida adulta e precisa deixar o abrigo. Como fica a vida desse jovem que não tem vínculo familiar, pai, mãe, avós? Como ele vai enfrentar o mundo?

WWF – Até então, o Estado mantinha o abrigo e aos 18 anos, o abrigado ia para a rua. Atualmente, estão sendo adotadas medidas para dotar os abrigos de técnicos capazes de orientar e oferecer oportunidades para que essas crianças e adolescentes façam cursos profissionalizantes para quando chegar o momento de deixar o abrigo, consigam sobreviver.

TJMG Informativo – O senhor tem demonstrado grande sensibilidade em relação ao proble-

ma da adoção. Já pensou em adotar alguma criança?

WWF – Já pensei, sim. O problema é que depende também da minha esposa. Temos três filhos e já não somos jovens. Não está descartada a ideia, que precisa de amadurecimento e da possibilidade, inclusive, física. Na verdade, tenho uma experiência de adotado. Aos três anos perdi minha mãe e fui criado pela madrasta, com todo amor e carinho. Na minha opinião, pais são aqueles que criam com amor e encaminham os filhos para uma vida útil e produtiva.



O que me dá
alegria
verdadeira
é ajudar essas

crianças que vivem
o trauma do abandono
ou da orfandade”

Demandas relacionadas ao crédito abarrotam o Judiciário

Letícia Lima

“- Boa tarde! Posso ajudar?”

“- Sim. Que documentação eu preciso apresentar para contratar um empréstimo?”

“- Basta informar o seu CPF e a quantia de que você precisa para fazermos a simulação.”

“- Não precisa apresentar o contracheque?”

“- Não.”

Esse diálogo mostra como é fácil contratar um empréstimo no Brasil. Publicidades também anunciam que mesmo com o nome negativado é possível pegar dinheiro emprestado. Financiar e parcelar as compras são ofertas constantes. Dados do Banco Central demonstram que, só em dezembro do ano passado, foram emprestados quase R\$ 14 milhões. Essa expansão do crédito, que muitas vezes ajuda a pagar dívidas, também resulta em uma avalanche de ações judiciais contra o sistema financeiro.

Foi o que comprovou pesquisa realizada pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) nas principais capitais do país. A pesquisadora e professora do curso de Direito da PUC-PR, Claudia Maria Barbosa, concorda. Segundo ela, o sistema não cria incentivos para a necessária responsabilidade de consumidores e financiadores.

O juiz da 4ª Vara Cível de Belo Horizonte, Jaubert Carneiro, explica que grande parte das ações se refere a pedido de revisão contratual por cláusulas abusivas e altos juros. Segundo ele, as causas dessas ações repetitivas são a impessoalidade no momento de se oferecer o crédito e a falta de fiscalização e aplicação de multas por parte do Banco Central para coibir os abusos. “Às vezes, só por ser funcionário de uma instituição, o cidadão entra para um perfil de clientes do banco que têm direito a crédito. Isso é feito de uma forma massificada. As opções são apresentadas no próprio terminal eletrônico. E, se há algum abuso no contrato, a administração não penaliza”, comenta.

Entre as demandas repetitivas relacionadas à expansão do crédito, retrata a pesquisa, estão também buscas e apreensões de veículos decorrentes de inadimplência. É o que constata também o juiz Jaubert. Ele relata que, diariamente, são ajuizadas cerca de cinco ações relativas a esse problema em cada uma das varas cíveis de Belo Horizonte, atualmente abrangendo um total de 34. Dos mais de 1,6 mil processos em andamento na 4ª Vara Cível, ele garante que não menos que 35% se referem à busca e apreensões de veículos e a revisões contratuais. “O montante é visível e olha que ape-

nas uma pequena parcela de pessoas procura a Justiça, o que é suficiente para abarrotar o Judiciário. Mas se for ver o universo de clientes e consumidores que deixam de vir aqui, são milhões de pessoas. Muitos sabem da abusividade, mas não compreendem o caráter ilegal”, comenta.

Soluções

Para a pesquisadora, uma solução para conter a avalanche de demandas bancárias no Judiciário seria a criação de propostas legislativas que façam com que instituições financeiras e seus usuários privilegiem a conciliação extrajudicial como instrumento para a solução de seus conflitos.

Outras soluções seriam a criação de políticas públicas que incentivem maior transparência nos contratos de crédito e a instalação de unidades jurisdicionais especializadas, que facilitariam o processamento das demandas repetitivas.

O professor de Finanças da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Alfredo Melo, prega que, independentemente do nível de renda, todas as pessoas tentem poupar 10% do salário. Para evitar contrair mais dívidas, por meio de juros altos decorrentes de inadimplência e da oferta de crédito, o professor orienta a identificar no orçamento o que é supérfluo e cortá-lo. Outra dica é trocar parte dos itens necessários por produtos mais baratos. “As pessoas podem garantir a qualidade dos alimentos, por exemplo, comprando em sacolão em vez de pagar pelo conforto e pelo ar-condicionado de grandes supermercados”, explica. Esse planejamento familiar, na opinião do especialista, evitaria endividamento e idas à Justiça.

Para o juiz, há um consumismo desenfreado. “As pessoas têm que se precaver. Imprevistos acontecem. A pessoa pode perder o emprego, haver um problema de saúde na família, enfim, acontecer algo que possa tirar a pessoa da normalidade orçamentária”, alerta.

Rodrigo Vilaça



■ Dados do Banco Central revelam que, só em dezembro do ano passado, foram emprestados quase R\$ 14 milhões

Exercício de amor ao próximo



Rodrigo Vilça

Danilo Bayão

Solidariedade. Palavra comum no vocabulário e ações do desembargador da 1ª Câmara Cível, Geraldo Augusto. Desde criança, o magistrado participa de ações sociais: "Tive a oportunidade de conhecer meus bisavós que trabalhavam na Sociedade São Vicente de Paula. Isso fez com que eu recebesse essa influência", diz, e acrescenta: "Acho que toda pessoa com condições tem o dever de ajudar o próximo".

Por isso contribui com donativos frequentemente e incentiva essa prática. Mas alerta para o fato de que a pes-

soa deve ser criteriosa e escolher entidades sérias para fazer as suas doações. Para ele, é de fundamental importância saber quem está sendo beneficiado. "A pessoa deve receber a ajuda com o objetivo de superar um momento de dificuldade. Ninguém pode viver da solidariedade alheia", argumenta.

Ele comenta a seriedade da Sociedade São Vicente de Paula, local onde se discute sobre a aptidão de pessoas ou famílias para receberem auxílio.

■ "É importante captar um número cada vez maior de colaboradores e voluntários, pois existem vários grupos beneficentes que realizam excelente trabalho"

O magistrado destaca que, assim como essa entidade, muitas outras dependem de contribuições de particulares e empresas. "É importante captar um número cada vez maior de colaboradores e voluntários, pois existem vários grupos beneficentes que realizam excelentes trabalhos, como o Servas (Serviço Voluntário de Assistência Social), a Cruz Vermelha e o Nutris (Núcleo de Trabalho e Integração Social)", acrescenta o desembargador. O Nutris é uma entidade criada por magistrados e familiares, que presta assistência a crianças e adolescentes.

Durante a campanha para ajudar vítimas das chuvas, realizada em janeiro no TJ, o desembargador não ficou de fora. "Nós vivemos em uma coletividade, por isso, temos que nos ajudar mutuamente em todas as esferas. Hoje em dia, as pessoas estão muito egoístas. É necessário criar o espírito de vida, ou seja, ajudar o próximo que esteja em pior situação", diz. Ele elogia a iniciativa do Tribunal que, segundo ele, facilita e incentiva as pessoas a serem solidárias.

CLICK DO LEITOR



A primavera nos presenteia com cores e encantos. Em um pequeno jardim, pude capturar esse *close-up* no momento em que a *apis* operária, com sua cor dourada, exercia sua incansável tarefa de recolher o pólen para a produção do doce e agradável mel. Pequenos momentos como esse são quase invisíveis em razão do nosso corre-corre diário. Felizes são aqueles que, sabendo aproveitar o tempo, podem contemplá-los, e eu me sinto ainda mais feliz em poder capturar, compartilhar e eternizar esse momento.

Paulo Hübner de Freitas - Lajinha

Paraíso bem perto

Francis Rose

Vegetação exuberante, cenário paradisíaco e águas muito geladas. Quem chega às margens da cachoeira Serra Morena, na Serra do Cipó, sente-se recompensado. O trecho de estrada de terra a ser percorrido e o acesso difícil para os turistas que não estão habituados às trilhas mais íngremes nem de longe fazem desanimar os visitantes desse paraíso do interior de Minas. A cachoeira de Serra Morena é apenas uma das atrações dessa região incrustada na Serra do Espinhaço, que abriga diversas cachoeiras, lagoas, rios, trilhas para caminhada, cânions e vales. Um paraíso bem perto: a apenas 100 km da capital.

A região atrai os amantes do ecoturismo. Na Serra, há áreas de sobra para caminhada, cavalgada, canoagem, *camping*, escalada, *trekking* e rapel. Quem não é adepto da prática do turismo de aventura pode simplesmente curtir a paisagem e descansar. Por ser um santuário de espécies raras, a Serra do Cipó está dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) Morro da Pedreira.

O distrito de Serra do Cipó, antigo Cardeal Mota, pertence ao município de Santana do Riacho. É nesse município que fica a portaria do Parque Nacional da Serra do Cipó, local que abriga cachoeiras, vegetação e fauna diversificada. Algumas plantas presentes no parque não são encontradas em nenhum outro lugar do mundo. A área total do parque abrange trechos de outros municípios, além de Santana do Riacho, como Itambé do Mato

Dentro, Jaboticatubas, Taquaraçu de Minas, Conceição do Mato Dentro e Morro do Pilar.

Atrações

No distrito de Serra do Cipó, além de Serra Morena, há muitas opções de visitação. As cachoeiras Grande e Véu da Noiva têm acesso fácil e, portanto, são algumas das mais visitadas. Dentro do Parque Nacional, as atrações mais conhecidas do público são a cachoeira da Farofa, a 8km da portaria (cerca de duas horas de caminhada), e o cânion das Bandeirinhas, a 12km. Menos conhecidas – e no parque – são as cachoeiras da Taioba, Andorinhas, Gavião e Tombador. Para chegar até elas é necessário contratar um guia. A entrada no parque custa R\$6 por pessoa. Algumas trilhas podem ser percorridas também a cavalo e de bicicleta.

O visitante deve ir preparado para a compra de ingressos de acesso, porque as cachoeiras que não estão no parque ficam localizadas em áreas particulares. O custo varia entre R\$ 10 e R\$ 25, conforme o dia da semana. Algumas empresas trabalham com a realização de passeios, alguns distantes até 100km de Santana do Riacho. Os custos variam entre R\$ 60 e R\$ 340, conforme o destino e o número de interessados.

Outro ponto tradicional de visitas é a estátua do Juquinha, um andarilho que vivia na Serra anos atrás. Figu-

ra folclórica da região, ele foi homenageado, após sua morte, com a colocação de uma estátua num dos pontos mais altos da paisagem, a cerca de 20km do distrito. “Recomendo, entre tantas opções, a visita às cachoeiras do Bené e ao Vale da Lagoa Dourada, que ficam em São José da Serra, cerca de 16km antes do Cipó”, diz o publicitário Alex Quintino, visitante semanal da região.

Em São José da Serra, pertencente ao município de Jaboticatubas, o visitante pode conhecer o vilarejo e também as cachoeiras do Dimas e do Rala Bunda. Outro local que vale a visita é a bicentenária Fazenda do Cipó, com capela e um pequeno museu que abriga fotos e equipamentos antigos. Em alguns períodos de festa, próximo à fazenda, ocorrem apresentações do candombe, manifestação cultural de origem afro-brasileira. O candombe sobrevive ao tempo, graças à presença, na região, de descendentes de uma antiga colônia de escravos.

Hospedagem

No distrito, há bares e restaurantes (em geral, de comida caseira e mineira). É possível gastar cerca de R\$ 15 (por pessoa) por refeição. A vida noturna no local é mais agitada nos feriados e fins de semana, com alguns estabelecimentos que oferecem música ao vivo. Nos últimos anos, as opções de hospedagem se multiplicaram. As diárias variam de R\$ 35 (por pessoa) a R\$ 450 (casal).

Vale lembrar que a Serra não tem posto de gasolina e banco. Adotar um comportamento seguro nas trilhas e nas cachoeiras é fundamental, já que o distrito, nos últimos anos, tem registrado algumas ocorrências de morte por afogamento. Duas empresas de ônibus fazem o trajeto até o Cipó (**ver quadro**). Quem vai de carro e pode escolher horários de chegada e de partida deve se antecipar ou sair mais tarde, sob pena de ficar parado em congestionamentos na entrada e na saída de Lagoa Santa.

Serviço

Como chegar

O acesso é feito pela rodovia MG-10, sentido Lagoa Santa. No trevo de Lagoa Santa, entrar à direita no sentido Conceição do Mato Dentro, percorrendo cerca de 60km até a Serra do Cipó.

Parque Nacional da Serra do Cipó

(31) 3718-7151

Entrada: R\$ 6 por pessoa (menores de 12 anos e maiores de 60 anos não pagam)

Horário de funcionamento: entrada das 8h às 14h; saída até as 18h

Linhas de ônibus:

Viação Serro – (31) 3201-9662 – Passagem: R\$ 23,80

Rosana Maria



A partir desta edição, o Informativo trará, mensalmente, matérias de turismo, com dicas de viagens e passeios. Os leitores podem participar, mandando suas sugestões para o e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.